

Tempos difíceis

Benedicto Ismael Camargo Dutra (*)

Precisamos cultivar a serenidade. Você vai ao banco, cai o sistema. Procura a clínica para marcar hora e recebe a informação que saiu do convênio

Vai à concessionária e é informado que perdeu a garantia porque a revisão anterior do automóvel foi feita com alguns dias de atraso. Vivemos numa época de abuso por homens que se julgam acima de tudo e de todos, impondo sua vontade de forma tirânica, conduzindo tudo para o abismo das vaidades e paixão pelo poder, em vez de construir e beneficiar para a conquista da paz, progresso e evolução.

A situação geral do mundo está complicada, difícil e tende a piorar porque muitas pessoas estão acomodadas, satisfeitas com aquilo em que acreditam sobre a vida, e pouco fazem no sentido de renovar e ampliar sua visão para buscar o aprimoramento e a melhora geral.

A situação do Brasil tende a piorar devido à crise política, à roubalheira e ao aumento de déficits e dívidas, pois a geração de dólares pelas exportações de commodities não será suficiente para atender toda a demanda, agravando o desequilíbrio. Está difícil a reversão que leve ao estabelecimento de um projeto de vida sadia que permita preservar os valores duramente conquistados.

No conturbado mundo financeiro, o aumento das reservas da China chama a atenção para os resultados, mas lá o governo mescla economia de livre mercado com capitalismo de Estado, com rigidez na regulamentação geral. Ainda não foi descoberta a fórmula para se praticar isso no Ocidente; possivelmente, qualquer dia destes chegaremos lá, endurecendo mais a vida.

O Brasil vem sofrendo de governo há décadas com sua extravagante política de juros elevados e controle de preços feito com a desestabilização da taxa de câmbio, tornando o país refém do capital especulativo. Estamos voltando ao tempo de exportador de

“bananas” e os governantes deixam a coisa rolar; vão gastando e endividando o país, ampliando a sua dependência. A economia brasileira já está bem fragilizada com tanta irresponsabilidade.

O povo é de boa fé, acredita nas palavras dos políticos, mas os fatos sempre acabam por desmenti-los. A decepção é semelhante àquela sentida quando se soube da inadequada aquisição da refinaria em Pasadena pela Petrobrás. Para onde vai o Brasil? O que fez a sua população? O que fizeram seus governantes em todos os níveis?

Nossa história econômica é triste e começou em 1822, já com o endividamento para a Inglaterra. Só nos livramos do sistema escravocrata em 1888. Muitas foram as décadas perdidas. Algum avanço foi obtido nos governos de Juscelino Kubitschek e dos militares, como, por exemplo, a criação da Embraer. Mas depois desses períodos, o país ficou estagnado.

A partir dos anos 1980 tivemos vários desajustes na taxa de juros, inflação e câmbio, o que levou ao declínio da indústria que, ao contrário, deveria ter se fortalecido com apoio do governo e empenho dos empresários. Apesar dos recursos ofertados pela natureza e da sua vocação pacífica, o Brasil passou a ser um país miserável e inculto. A situação é grave. Se Temer e Meirelles não derem agora uma arrumada no país, que futuro poderemos esperar?

O rumo certo tem de ser alcançado através da boa educação e bom preparo para a vida de todos os cidadãos. A adaptação às leis da natureza é o único meio, pois elas são as leis do desenvolvimento da Criação que têm de ser compreendidas em sua lógica sem lacunas.

(*) - Graduado pela FEA/USP, coordena os sites (www.library.com.br) e (www.vidaaprendizado.com.br). Autor de: Nola – o manuscrito que abalou o mundo; O segredo de Darwin; 2012...e depois?; Desenvolvimento Humano; O Homem Sábio e os Jovens; e A trajetória do ser humano na Terra – em busca da verdade e da felicidade (bidutra@library.com.br).

Comissão debate preservação da música e da viola caipira

Lúcio Bernardo/Ag.Câmara



A dupla Zé Mulato e Cassiano se apresentou na audiência que debateu projeto que cria o Dia Nacional da Música e Viola Caipira.

Audiência pública da Comissão de Cultura da Câmara reuniu parlamentares, pesquisadores e músicos para discutir a criação do Dia Nacional da Música e Viola Caipira, prevista em projeto apresentado pelo deputado João Daniel (PT-SE). A proposta define a data comemorativa como 13 de julho, dia do nascimento do jornalista e pesquisador Cornélio Pires, que em 1928 gravou o primeiro disco de música caipira.

O deputado João Daniel justificou a importância simbólica da medida. “A adoção desse dia é uma forma de homenagear Cornélio Pires por ter introduzido a música caipira no Brasil, e ao fazer isso, reconhecer também o instrumento e a música que representa a alma do homem do campo brasileiro”, disse. A audiência pública foi pedida por um grupo de deputados como maneira de cumprir a exigência legal.

Evandro Roman (PSD-PR), destacou a importância cultural da viola e da música caipira para o homem do campo. “A moda de viola é algo que entra na alma de

cada um de nós e faz com que nos lembremos de nossas ações ligadas à terra e à vida com os animais”, disse. Um dos convidados foi o músico Zé Mulato, da dupla Zé Mulato e Cassiano, que falou da importância da viola e da música caipira na cultura nacional. A viola caipira faz parte da cultura e tradição de uma parte do Brasil que vai do Paraná ao Tocantins, passando por São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás.

“O som da viola está na catira, no cururu, em festas religiosas, na música sertaneja e ganhou várias versões para orquestra. O violeiro e pesquisador Roberto Correa também defendeu a proposta. O produtor cultural e radialista Luiz Rocha, que produz e apresenta o programa Brasil Caipira, da TV Câmara, defendeu o projeto como maneira de proteger uma manifestação cultural que tem pouco espaço no mercado comercial. A proposta tem que ser aprovada nas comissões de Constituição e Justiça e na de Cultura – antes de ser enviada ao Senado (Ag. Senado).”

Deputados aprovam convenção sobre redução do uso de mercúrio

O Plenário da Câmara aprovou o projeto que contém a Convenção de Minamata sobre o Mercúrio, adotada na cidade de Kumamoto (Japão) em 10 de outubro de 2013

O nome da convenção faz homenagem às vítimas de tragédia por envenenamento de mercúrio ocorrida na cidade japonesa de Minamata, onde uma empresa química lançou no mar detritos com a substância desde 1930. Devido ao efeito cumulativo na cadeia alimentar, o despejo provocou intoxicação em quase 3 mil pessoas apenas a partir da década de 1950, principalmente em famílias de pescadores.

A convenção tem o objetivo de proteger a saúde humana e o meio ambiente das emissões e liberações de mercúrio e seus compostos, estabelecendo obrigações de controle de fontes e comércio de mercúrio, inclusive o banimento da mineração primária da substância (a qual não ocorre no Brasil). O texto prevê a eliminação ou redução do uso do mercúrio em determinados produtos e processos



Deputados aprovaram acordo que estabelece obrigações de controle de fontes e comércio de mercúrio.

industriais, bem como o manejo sustentável de resíduos e o gerenciamento de áreas contaminadas por meio de planos nacionais para redução de seu uso no garimpo de ouro.

O mercúrio é um elemento

químico que, na forma líquida, evapora facilmente, sendo liberado no ar, na água e no solo por processos naturais e ação do ser humano. É considerado uma das substâncias mais perigosas para a saúde e o meio

ambiente. A exposição a níveis elevados pode provocar efeitos graves, como danos neurológicos, cardiológicos, pulmonares, renais e imunológicos. A matéria será enviada ao Senado (Ag. Câmara).

Ações de valorização para a indústria têxtil e de confecção

A Frente Parlamentar Mista José Alencar pelo Desenvolvimento da Indústria Têxtil e da Confecção tem duas pautas de urgência no Congresso Nacional: a reinserção do setor de confecção na MP que desonera a folha de pagamento, e o aumento da alíquota no Reintegra, o programa do governo federal que devolve para as empresas parte dos impostos acumulados na cadeia de produção destinada à exportação.

“Essa é a agenda de urgência”, disse o deputado Vanderlei Macris (PSDB-SP), líder da Frente na Câmara, durante o primeiro encontro de 2017. Diante de representantes dos diferentes segmentos que compõem o setor têxtil, Macris falou do compromisso de trabalhar para que os setores de grande empregabilidade, a exemplo do calçadista, TI e confecções, sejam reintegrados a essa MP.

“É um momento de integração entre parlamentares e segmentos do setor para a produção de resultados”, afirmou. Segundo ele, o setor têxtil, e mais especificamente o de confecções, emprega 1,5 milhão de trabalhadores diretos. “É importante mostrar ao governo a luta deste setor de alta empregabilidade, e dar condições para que as demandas possam ser atendidas”. Macris acrescenta que a desoneração na indústria têxtil não prejudica o ajuste fiscal do governo. “O setor já criou 16 mil novos postos de trabalho este ano e a desoneração é fundamental”, reiterou o parlamentar.

Os números da indústria têxtil, depois de dois anos seguidos de recessão, indicam uma recuperação. Segundo a Abit, houve alta de 1% na produção de vestuário, contra queda de 6,7% em 2016. A produção de têxteis também indica crescimento de 1% contra 5,3% negativos, no ano anterior. A perspectiva é de que o faturamento do setor têxtil e de confecção seja de R\$ 135 bilhões. Isso significa um aumento de 4,6%, em relação a 2016 (psbncamara).

A proposta, que teve Betinho Gomes como relator, veio do Senado, já foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e está na penúltima etapa antes de ir ao plenário da Câmara para votação. “Está claro que o objetivo é inviabilizar a proposta, que é a mais exequível neste momento. Maia precisa rejeitar

Presidente do Senado envia ofício ao STF sobre afastamento de Aécio

O presidente do Senado, Eunício Oliveria, enviou ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio Melo, um ofício informando que o senador afastado Aécio Neves teve o salário suspenso e está sem carro oficial desde o dia 18 de maio, data em que a Corte determinou o afastamento do parlamentar do mandato. No ofício, Eunício informa que desde a data também está suspensa a verba indenizatória.

Acrescenta ainda que o registro de presença de Aécio foi desativado e retirado do painel do plenário e das comissões e que o portal do Senado passou a informar que o parlamentar está afastado por decisão judicial.

Nos últimos dias, a diretoria-geral do Senado e Eunício Oliveira negaram estar descumprindo a determinação do ministro do STF Edson Fachin de afastar o senador Aécio Neves do mandato.

As reações vieram após a publicação de uma reportagem pelo jornal Folha de S.Paulo, que destacou que o nome de



Presidente do Senado, Eunício Oliveria.

Aécio ainda constava no painel de votação e seu gabinete funcionava normalmente, o que configuraria descumprimento da decisão do Supremo. Ao ser questionado pelo senador Lindbergh Farias (PT-RJ) sobre a ausência do nome de Aécio Neves no painel de votação do plenário, Eunício disse que ele já estava apagado, mas agora foi retirado para que não restem dúvidas de que o Senado cumpre a decisão do STF.

“É para deixar bem claro que a Mesa Diretora e esta Presidência

não descumpriram a decisão da Suprema Corte. Como gerava dúvida o nome ficar ali apagado como estava, ficava branco, agora está retirado para que não gere nenhum tipo de dúvida”, disse Eunício. Aécio Neves não compareceu ao Senado desde 18 maio, dia em que seu afastamento foi determinado e uma operação da Polícia Federal realizou busca e apreensão em suas residências de Brasília, Rio de Janeiro e Belo Horizonte (ABR).

Partido dos Trabalhadores ‘quer inviabilizar’ a reforma política

O PT quer inviabilizar o avanço da proposta que, entre outras mudanças, instituiu a cláusula de desempenho para partidos políticos, cria a federação de partidos e acaba com as coligações partidárias nas disputas proporcionais. O alerta é do deputado Betinho Gomes (PSDB-PE). Ele exemplifica o fato de a Liderança do PT na Casa ter solicitado ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia, para anexar a proposta a uma outra, cujo relator é o deputado Vicente Cândido (PT-SP).

A proposta, que teve Betinho Gomes como relator, veio do Senado, já foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e está na penúltima etapa antes de ir ao plenário da Câmara para votação. “Está claro que o objetivo é inviabilizar a proposta, que é a mais exequível neste momento. Maia precisa rejeitar



Deputado Betinho Gomes (PSDB-PE).

o pleito do PT, que não ajuda em nada o Congresso a promover alterações significativas na legislação político-partidária”, criticou o tucano.

A proposta da reforma política foi aprovada na CCJ por 37 votos a 14. Atualmente,

está numa comissão especial para analisar o seu mérito, sob a relatoria da deputada Shéridan (RR). Para o texto ser aprovado em plenário, são necessários o mínimo de 308 votos favoráveis.

“É urgente que o Brasil possa fazer ajustes no sistema político, porque hoje nós temos uma verdadeira farras de criação de partidos. Até para preservar algumas agremiações que são de fato orgânicas, a PEC instituiu a federação partidária, a possibilidade de as legendas que têm identidade ideológica se unificarem, para formar uma bancada, para alcançar as metas que o texto está estabelecendo. É uma transição, para que todos os partidos possam se ajustar a esse novo modelo que nós estamos defendendo”, acrescentou Betinho Gomes (psbncamara).

Diário, dinâmico e objetivo... para você que não tem tempo a perder

Especializado em Publicidade Legal (Atas, balanços, editais e outros).

Acesse... www.netjen.com.br

Empresas & Negócios

Alckmin acerta com Dilma parceria para trecho do Rodonani

A.B.M.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A.
CNPJ/MF 12.764.598/0001-74 - NIRE 35.300.385.586
Extrato da Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Data/Hora/Local: 12/05/2017, às 11h, sede social, São Paulo/SP. Mesa: Andréa Cochrane - Presidente; Léio Wallace Cochrane Junior - Secretário. Convocação e Publicação: Dispensada. Presença: Totalidade. Deliberações Aprovadas por Unanidade: (A) AÇÃO: (i) Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras referente ao exercício social encerrado em 31/12/2016, estão dispensadas consoante o disposto no artigo 294 da Lei 6.404/76, com nova redação dada pela Lei 10.194/2001; (ii) Destinação do lucro líquido apurado no Balanço Patrimonial levantado em 31/12/2016, destinando-se 5% a constituição de reserva legal e o restante distribuído de forma proporcional aos acionistas da companhia; e (iii) Reeleitos para compor a Diretoria da companhia Wilson Nelson da Costa, RG 26.699.203-1 SSP/SP, CPF 322.403.173-53, Diretor sem designação específica, Marcos Vinícius do Prado, RG 19.368.848-7 SSP/SP, CPF 085.730.768-10, Diretor sem designação específica, os quais exerceram suas funções até a AGO a realizar-se em 2018. Os Diretores ora reeleitos declaram que não estão incurso em qualquer penalidade prevista em lei que os impeça de exercer suas funções na companhia; (B) AGE: (i) outorga de procuração por instrumento público para Jair Nobumasa Kadawaki, RG 5.816.748 SSP/SP, CPF 689.055.248-91, representar a companhia na (a) abertura, movimentação e encerramento de conta corrente e conta investimento junto a qualquer instituição financeira, podendo, para tanto, (i) assinar e endossar cheques, (ii) receber quaisquer importâncias devidas, por qualquer título e por quem quer que seja, passando os necessários recibos e dando quitações, (iii) sacar, aceitar, transferir saldos seja via documento físico ou eletrônico, (iv) solicitar resgate de aplicações financeiras, (v) fazer aplicações, (vi) receber documentos relativos a qualquer conta corrente em nome da Outorgante em qualquer banco ou instituição financeira, (vii) concordar e ou discordar de tarifas, (viii) cancelar ou cadastrar débitos automáticos, (ix) assinar contratos de serviços, (x) cadastrar usuários secundários, para inclusão de contas a pagar/forneceores, (xi) consultar saldo/extrato de conta corrente, poupança, conta investimento, aplicações/operações de investimentos, operações de crédito, dentre outros, (xii) cadastrar, alterar e desbloquear senhas, de usuários secundários e também de usuário master, bem como na (b) compra e venda de bens móveis ou imóveis, podendo para tanto assinar todos os termos e documentos necessários, incluindo, mas não se limitando, a compromissos particulares, contratos, escrituras públicas, e praticar, enfim, todos os demais atos necessários ao cabal e fiel desempenho do mandato, nos termos do item “I” do §2º do do Artigo 7º do Estatuto Social da companhia. Encerramento: A Ata foi lida aprovada e assinada por todos os presentes. Data: SP, 12/05/2017. Mesa: Presidente - Andréa Cochrane; Secretário - Léio Wallace Cochrane Junior. Acionistas Presentes: (aa) Andréa Cochrane e Léio Wallace Cochrane Junior. Andréa Cochrane-Presidente; Léio Wallace Cochrane Junior-Secretário. JUICESP nº 257.941/17-4 em 07/06/2017. Flávia Regina Brito Gonçalves - Secretária Geral.